



**República de Angola**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO PARA OS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA SENHORA SECRETÁRIA DE  
ESTADO**

**Dr.<sup>a</sup> ANA CELESTE JANUÁRIO**

POR OCASIÃO do Seminário sobre Direitos Humanos da Universidade  
Lusíada de Angola 23. Maio de 2019 Workshop

**Luanda, aos 23 de Maio de 2019**



**República de Angola**

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

**GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO PARA OS DIREITOS  
HUMANOS E CIDADANIA**

**DISCURSO DE ABERTURA**

**Magnífico Reitor da Universidade Lusíada de Angola Dr. Mário Pinto  
de Andrade;**

**Caros docentes,**

**Distintos discentes,**

**Ilustres convidados,**

**Minhas Senhoras e meus Senhores,**

Tenho a honra de me dirigir a vós, em nome do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, e na qualidade de **SECRETÁRIA DE ESTADO PARA OS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**, nesta sessão de abertura do Seminário sobre Direitos Humanos. Gostaria também de felicitar a organização pela escolha do tema de abordagem um assunto de maior importância para todos e que ocupa uma posição de destaque no âmbito das principais preocupações do Executivo angolano.

A matéria dos direitos humanos, pela sua importância na vida das pessoas, merece uma atenção muito especial, sobretudo em países como Angola que viveram anos a fio de guerra civil, factor que propicia situações de violações aos Direitos do Humanos.

- Dr. Paulo Muris  
Adm. - Estudantes  
- Deputados A.N.  
- Dirigentes autárquicos  
- Provedores de Justiça  
Adjuvantes

Estes factores e outros sustentaram a necessidade de um estudo muito profundo, para a elaboração de uma estratégia de direitos humanos que nos permitisse identificar os problemas e as formas de os solucionar entre nós angolanos, sem necessidade de interferências externas. Este estudo foi feito, com discussões que envolveram todos os sectores da sociedade civil, num diálogo aberto e franco e resultou na elaboração de uma boa estratégia nacional de direitos humanos, que foi dada a conhecer aos parceiros do Governo em Direitos Humanos, como a União Europeia e os Estados Unidos da América e que tem sido bastante referenciada positivamente, quer em Angola, quer no exterior, como sendo um instrumento muito valioso.

A Estratégia Nacional de Direitos Humanos visa reforçar a capacidade interna dos angolanos para promoverem, defenderem, fiscalizarem, corrigirem, denunciarem e condenarem os atropelos aos direitos humanos de forma objectiva.

O estudo que foi efectuado baseou-se em três períodos diferentes: (i) antes da independência nacional, até 1975;

(ii) período da guerra civil em Angola, de 1975 até 2002;

(iii) período da paz, de 2002 até aos dias de hoje.

O estudo demonstrou que antes da independência nacional as autoridades coloniais não reconheciam direitos humanos aos angolanos.

Após a independência o país entrou no período da guerra civil, os direitos humanos iniciaram o seu tratamento institucional, mas sofreram fortes constrangimentos causados pelo estado de guerra.

No período da paz, os Direitos Humanos conheceram um incremento substancial e alcançaram os seus níveis mais elevados.

Datam deste período os principais compromissos internacionais de Angola em Direitos Humanos e consagrou a maior abertura democrática e a consagração constitucional de um extenso leque de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Os Direitos Humanos são considerados nesta estratégia como uma questão de segurança nacional e o principal actor da sua fiscalização são as organizações da sociedade civil a nível de todo o país. Através dos Comitês Provinciais de Direitos Humanos, serão elaborados relatórios para serem apresentados na Comissão Nacional de Segurança Nacional, a fim de os órgãos competentes do Estado tomarem as medidas que os relatórios evidenciarem e reclamarem que sejam tomadas.

O início do novo ciclo político inaugurado pelo Presidente João Lourenço em 2017 dá garantias de que os direitos humanos assumiram outra dimensão e atenção.

É nessa perspectiva que se enquadra a criação em Abril deste ano por S Excia o Presidente da República de uma Comissão para a elaboração de um plano geral de homenagem às vítimas dos conflitos políticos que tiveram lugar em Angola no período de 1975-2002.

São questões que durante muito tempo não eram tratadas com essa acuidade. Nota-se, com efeito, um novo impulso nos direitos humanos, cujo reconhecimento é evidente a nível dos grandes fóruns internacionais relativos aos direitos humanos.

Recentemente, defendemos, em Genebra, dois relatórios o de implementação da Convenção Contra todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher e do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos na aplicação dos compromissos assumidos em matéria de Direitos Humanos e recebemos o reconhecimento das nossas acções nesta matéria.

É certo que ainda temos um caminho longo a percorrer, mas devemos reconhecer que, Angola tem registado progressos concretos na preservação dos direitos, deveres e garantias fundamentais dos cidadãos.

na celebração em Agosto do ano passado do Protocolo de Cooperação que tem por escopo, a **INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE DIREITOS HUMANOS NO PROGRAMA CURRICULAR DA UNIVERSIDADE**, bem como na criação de espaços de debates, sobre questões relacionadas a promoção, protecção dos Direitos Humanos, no plano individual e institucional.

### **MEUS SENHORES E MINHAS SENHORAS,**

Pensamos que a Academia constitui o areópago para a construção de uma cidadania voltada para os Direitos Humanos. Precisamos juntar sinergias, para que os cidadãos angolanos possam exercer de forma plana a sua cidadania, visando a consolidação do nosso Estado Democrático e de Direito.

É na Universidade onde cristalizamos a nossa caminhada académica, é precisamente nela onde aprendemos a debater questões de profunda sensibilidade social com elevado rigor científico.

Acreditamos que o diálogo propicia crescimento intelectual, o rigor científico produz excelência, resultando na elevação do nível dos nossos discentes e docentes, bem como no progresso dos nossos índices de desenvolvimento humano sustentável.

Acredito que muitos desses assuntos serão aqui aprofundados no âmbito dos trabalhos deste seminário, de onde espero sejam produzidas reflexões muito boas para enriquecimento dos nossos esforços visando a melhoria dos direitos humanos em Angola, uma luta que é de todos e para a qual todos devem estar igualmente envolvidos.

Uma vez mais agradeço a Universidade Lusíada de Angola, pelo acolhimento e por ter a elevada sensibilidade pelas questões de Direitos Humanos, com a Lusíada o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem um acordo de cooperação para inclusão dos Direitos Humanos no seu programa curricular.

Muitos êxitos nos trabalhos e com este encorajamento declaro aberto o seminário sobre os direitos humanos.

Declaro aberto o Seminário **SOBRE DIREITOS HUMANOS**

Muito obrigada!